

CONSTRUINDO REFLEXÕES A PARTIR DA LEITURA CRÍTICA DE PAULO FREIRE SOBRE AS QUESTÕES DE DISCRIMINAÇÃO

DUTRA, Josiane Beloni da Cruz¹
Universidade Federal de Pelotas

GARCIA, Rogéria Aparecida²
Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. GHIGGI, Gomercindo³
Universidade Federal de Pelotas

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, busca dialogar com a teoria freiriana encontrada em suas obras, fazendo relações com as discussões referentes ao negro no Brasil hoje. Este diálogo nasce como resultado da Disciplina Leituras de Paulo Freire, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.

A pretensão é, de através de leituras da obra freiriana, dialogar sobre temas recorrentes na sociedade atual, tendo como pano de fundo o resgate da discussão do negro na sociedade brasileira.

Temas como práxis, opressão, ser mais, discriminação aparecerão na tentativa de diálogo que estabeleceremos com as obras Cartas a Guiné Bissau e Pedagogia da Indignação, particularmente a 3ª Carta Pedagógica.

Para começarmos o ensaio dialógico com Freire a partir da leitura de suas obras, nos deparamos com o conceito *discriminação*, tema com o qual iniciaremos a reflexão acerca da condição do negro na sociedade brasileira. Quando nos referimos aos sujeitos negros estamos falando de marcadores sociais, ou seja, o que causa a discriminação, o preconceito são as marcas sociais as características visíveis, aparentes, tais como: traços físicos, fenótipo (cor da pele, cabelo, descendência...).

2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A pesquisa aqui proposta é de cunho qualitativo, de caráter bibliográfico cujo vigor de análise privilegiou as obras de Paulo Freire, sem perder de vista as experiências adquiridas durante a trajetória de pesquisadoras mergulhadas em pesquisa etnográfica e estudo da realidade. Para tanto, foram utilizadas as obras Cartas a Guiné Bissau e Pedagogia da Indignação (3ª Carta).

¹ Bacharel Licenciada em Ciências Sociais, Especialista em Educação: Educação Infantil, Integrante do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis), do Núcleo de Estudos Diálogos de Paulo Freire e Integrante do Grupo Redes de Poder. e-mail:bolnijbc@hotmail.com

² Acadêmica do 9º semestre do Curso de Pedagogia da UFPel, BIC/FAPERGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis), integrante do Núcleo de Estudos Diálogos com Paulo Freire. e-mail: rogeriacefet@hotmail.com.

³ Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas; Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE); Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis), Líder do Núcleo Diálogos com Paulo, e-mail: ghiggi@ufpel.edu.br

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, a partir da Terceira Carta Pedagógica (Pedagogia da Indignação), passamos a organizar o pensamento em relação às reflexões calcadas nas teorias atuais que situam o negro hoje na escola e na sociedade e encontramos em Freire o impulso para iniciar a discussão acerca deste, pois já no início da carta ele nos coloca do seu pensar em relação, (FREIRE, 1997, P.31) “*A posição do pobre, do mendigo, do negro, da mulher, do camponês, do operário, do índio neste pensar...*” de violência, de descaso com a vida, de posse do material, que habita e é demonstrado por acontecimentos desastrosos, em nossa sociedade atual, como este de colocar fogo no índio.

Assim sendo, as práticas emancipatórias realizadas na escola referentes a questões de resgate e valorização da presença negra no Brasil, para visualizar os esforços de educadores na transformação social e marcados nas palavras de Freire (FREIRE, 1997, p.31) “*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda*”. E aqui uso presença e não contribuição, porque os negros não nos deram algo e foram embora, são parte atuante na sociedade de hoje.

Um pensamento de Freire que compartilhamos é que sempre temos uma opção, ou estamos do lado do opressor ou do oprimido, não há neutralidade, toda ação é política, então a questão da discriminação e de sua erradicação é uma posição que temos que tomar, é uma atitude que precisamos exercitar, se lutamos por uma sociedade justa, se nossa opção é libertadora, devemos trabalhar pela equidade, pela convivência com o diferente e não por sua negação.

4. CONCLUSÕES

Para que corra a transformação e descolonização das mentes, é preciso ir à práxis e começarmos por nós, cada um deixando para suas gerações experiências de amorosidade, de respeito a todos os seres da natureza; é sem dúvida uma construção coletiva; é através da desnaturalização dos preconceitos, dos desrespeitos e partir para uma construção de sujeitos que buscam a sua conscientização que podemos descobrir seres inacabados, buscando “ser mais”, ou seja, saindo do senso comum, exercitando a capacidade estritamente humana, que nos diferencia do restante da natureza, que é a reflexão.

Dessa forma, podemos visualizar através de práticas inovadoras, também em salas de aulas, uma contribuição para construção de uma sociedade realmente para todos e não ingenuamente como temos hoje, pois legalmente todos temos os mesmos direitos e na hora de exercitá-los encontramos obstáculos intransponíveis, essas iniciativas nascidas na escola, nos movimentos sociais levam a sociedade a perceber a possibilidade de mudança de atitudes e de uma nova visão de mundo, justo, igualitário e possível, construídos por todos e para todos.

Seguindo e perseguindo este tema, analisando conceitos, os quais Freire utiliza podemos perceber claramente o negro como sujeito oprimido e como preocupação freiriana a sua discriminação.

Por exemplo, na obra Pedagogia da Autonomia, Freire nos coloca que “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”. Na sua obra Freire não se debruça sobre a discussão acerca

do negro, porém deixa sempre claro e explícito sua indignação com atitudes racistas oriundas das relações sociais. Salienta que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a forma dos condicionamentos a enfrentar”.

A educação brasileira desde seus primórdios, desde processos de colonização, tem a preocupação de incluir, não rara para dominar... Os jesuítas incluíam índios e pobres, davam salvação e “direitos” e se seguirmos analisando a história sempre houve um movimento de inclusão na educação dos menos favorecidos, sem aqui entrar nos méritos do real intuito dessa inclusão. Porém, em relação ao negro, houve poucas iniciativas para que tal acontecesse.

O índio devia ser catequizado, aprender a se portar. Os pobres até hoje devem ser incluídos, pois precisam de instrução, E o negro, em situação de vexatória opressão, continua oprimido e sem espaço na sociedade. Arrancado de sua terra, trazido para o Brasil, escravizado, quando liberto não teve espaço, sobram socialmente e enchendo os bolsões de miséria. E ainda hoje em pleno século XXI, quando mais de 50% da sociedade brasileira é negra, ainda não há espaço para todos, nem na educação para estes sujeitos: são minorias nas escolas mesmo de periferias a partir da quinta série do ensino fundamental. São objetos da história, mas que tentam e lutam por seu espaço através de movimentos ou de sujeitos conscientes que já sabendo do seu papel social trabalham em prol da vida. É o caso de educadoras que defendem uma igualdade de direitos e de expressão a todos os sujeitos.

Neste texto também podemos situar a discussão do anúncio e da denúncia, pois, recorrentemente, na sua obra, Freire denuncia as barbáries, como na 3ª Carta acima citada. Freire propõe que não sejamos meros expectadores da vida, anunciando que com trabalho árduo e de conscientização podemos construir uma nova sociedade.

Este estudo não acaba aqui, ao contrário, aqui inicia, pois tem intenção de ser aprofundado e dialogado com mais intensidade desde o conjunto da obra freiriana, particularmente o conhecimento da mesma e sua perspectiva frente o negro, além de analisar em forma de pesquisa práticas inovadoras que trabalham, na sala de aula, a situação do negro como sujeito da história e como ator social.

5. REFERÊNCIAS

FREIRE, P. Cartas à Guiné Bissau. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, P. Pedagogia da Indignação. Cartas Pedagógicas e Outros escritos: São Paulo: UNESP, 2000.